

Ministro adverte os empresários

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, fez ontem, bastante irritado, uma dura crítica à resistência dos empresários em aderir ao programa de estabilização ao continuarem aumentando preços acima da inflação: "É tudo pretexto. Cada um empurra para o outro e quem paga é o povo. Eu não vou concordar com isso, não". O ministro disse que vai conversar com os oligopólios, apontados pelos supermercados como causadores das pressões sobre os preços, mas descartou a adoção de qualquer sistema de controle.

O ministro recebeu em audiências separadas, antes de voltar ao Congresso, várias justificativas para as pressões sobre os preços em janeiro. O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Levy Nogueira, culpou os oligopólios e disse que os estabelecimentos estão tendo que repor integralmente seus estoques, esgotados em dezembro. Responsabilizou o próprio Governo pela alta da inflação em função da decisão de ter instituído o adicional de 5% sobre o Imposto de Renda das empresas e ter antecipado o prazo de recolhimento dos tributos.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee), Nelson Peixoto Freire, disse que a redução nos prazos de recolhimento provocou uma alta nos preços de 15% acima

da inflação. Justificou que muitas vezes a empresa tem que pagar o imposto antes mesmo de o produto ter sido faturado. Reclamou também dos juros altos. "Qualquer aumento de impostos tem que ser repassado para o consumidor", disse o empresário, ao admitir que os repasses aos preços são as principais causas da inflação de janeiro.

Fernando Henrique considerou injustificadas as razões dos empresários. A explicação encontrada pelo ministro para a resistência dos empresários é que "eles estão pensando que nós vamos colocar a URV de uma hora para outra". Segundo ele, o Governo só irá adotar a URV depois de conseguida a aprovação do ajuste pelo Congresso e depois que o Governo perceber que o novo indexador será um instrumento para baixar a inflação. Para Fernando Henrique, os aumentos abusivos vão acabar inviabilizando a estabilização. "Se todos concordam com o ajuste, por que fazer aumentos abusivos?", indagou.

O ministro explicou que não há razão para o alegado impacto da carga tributária, e lembrou que o adicional do IR só valerá para o lucro de 1994, apurado em 1995; a elevação do ICMS de 7% para 12% acabou não acontecendo, porque os governadores voltaram atrás. "A sociedade está vendo que não é só o Governo o responsável pela inflação", afirmou.